

## EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA: AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NO IFCE-CAMPUS FORTALEZA

Júlio César Ferreira Lima<sup>1</sup>

### RESUMO

As ações sociais orientadas pela Diretoria de Extensão do IFCE-*Campus* Fortaleza fazem parte de uma educação inovadora, apoiada por projetos de extensão que visam modificar de forma positiva a sociedade onde se vive, objetivando principalmente a utilização dos direitos por todos os cidadãos. O objetivo geral desse estudo foi descrever ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo IFCE-*Campus* Fortaleza. Para tanto, foi necessário determinar ações da Instituição envolvendo público interno e externo; especificar os públicos atendidos; e detalhar os trabalhos desenvolvidos. O trabalho se caracterizou como uma pesquisa descritiva com técnicas bibliográficas e documentais por meio do método indutivo. O universo foi estabelecido por 11 projetos de extensão aplicados pelo IFCE-*Campus* Fortaleza. A descrição dos projetos revelou diversidade de áreas de aplicação, objetivos e públicos, demonstrando comprometimento da Instituição com a responsabilidade social, auxiliando assim a construção de cidadania dos envolvidos.

**Palavras-chave:** Educação cidadã. Projetos de extensão. Responsabilidade social. IFCE – *Campus* Fortaleza.

### 1 INTRODUÇÃO

Vários países classificados como subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, caso do Brasil, apresentam um grande número de habitantes à margem da sociedade. Os fatores que os colocam nessa posição são variados como analfabetismo, desemprego, falta de acesso a serviço de saúde e a saneamento, entre outros. Toda essa problemática poderia ser minimizada com a aplicação de políticas públicas voltadas para essa parcela da população.

É comum que a realidade apresentada entre contraponha os anseios de uma sociedade justa e igualitária. Contudo, algumas instituições públicas e privadas já desenvolvem ações voltadas ao bem-estar coletivo. Esses tipos de ações são um exercício de cidadania, uma vez que transportam os implementadores para além do seu campo usual de vivência, possibilitando a transposição de preconceitos em proveito do outro e, primordialmente, a minimização de uma problemática social; todo o processo embasado em ações práticas.

Justifica-se esse trabalho a partir do momento que o Instituto Federal do Ceará (IFCE) tem na responsabilidade social um dos aspectos mais marcantes de sua atuação. É parte da filosofia da Instituição, a preocupação com o desenvolvimento de projetos que beneficiem, de modo prático e imediato, indivíduos desfavorecidos.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência da Educação pela *Universidad de la Integración de las Américas* – PY, juliocesar@ifce.edu.br

Servindo como orientação para esse artigo foi levantada a seguinte indagação: como o IFCE – *Campus* Fortaleza apresenta seu trabalho em nível de responsabilidade social?

A partir de então, o objetivo geral foi descrever ações de responsabilidade social desenvolvidas pelo IFCE-*Campus* Fortaleza. Buscou-se, pois, determinar ações da Instituição envolvendo público interno e externo; especificar os públicos atendidos; e detalhar os trabalhos desenvolvidos.

O IFCE tem procurado ter uma visão otimista de educação por meio de uma integração mais significativa com a sociedade. A integração se realiza por meio de trabalho solidário executado por várias ações de responsabilidade social, tema central desse artigo, e com a disciplina de Projeto Social<sup>2</sup>, inserida nas matrizes dos cursos de nível superior.

É inegável a relação através da história da humanidade entre cidadania, educação e, chegando à contemporaneidade, responsabilidade social. Esse último termo se apresenta fortemente enraizado nas sociedades atuais onde se vive diariamente com a dicotomia de avanços científicos e retrocessos sociais. Já os dois primeiros eram, desde a Grécia antiga, interligados, por ser a educação uma condição indispensável para uma pessoa ser considerada cidadã, logo detentora de direitos políticos.

Alfred Marshall (apud VAIDERGORN, 2000, p. 11) vai mais longe ao ligar intrinsecamente os dois primeiros termos, quando defende que “o único direito incontestável da cidadania era o de se educarem as crianças, visando à igualdade básica de participação.” Para ele, a consciência da cidadania vem individualmente e de dentro para fora. Por isso mesmo, a preparação para o correto uso da cidadania deve ser iniciada na infância.

Considerado o pai da cidadania moderna, o sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall (1967, p. 76) definiu cidadania como “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*”. Outro pensamento dele era que “a desigualdade do sistema de classes sociais seria aceitável sempre que fosse reconhecida a igualdade da cidadania” (MARSHALL, 1967, p. 94). Assim, o conceito de cidadania transcenderia a definição de classe social. Para a cidadania acontecer, ele associava o trabalho digno, através do qual um indivíduo consegue meios para viver, ao pertencimento pleno a uma comunidade cívica.

---

<sup>2</sup> Essa disciplina já foi explorada em trabalhos do autor desse artigo, a saber: apresentações de banner no III Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (Recife, 2015) e no IV Encontro Internacional Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores (Fortaleza, 2015); artigo publicado na Revista Conexões: ciência e tecnologia, v. 11, n.3, nov., 2017 (Nota do autor).

Na teoria marshalliana, cidadania está dividida em três dimensões distintas, mas complementares. As dimensões pensadas por Marshall contemplam os elementos dispostos na figura a seguir, onde se encontram também momentos da implantação da cidadania no Brasil. Curioso é notar que a trajetória da cidadania brasileira não seguiu a sequência dos direitos na Inglaterra, local base do trabalho de Marshall. No Brasil, os direitos sociais foram percebidos, ou ampliados, antes dos direitos civis e dos políticos.

Dimensões	Direito ao/à	Instalação na Inglaterra	Instalação no Brasil
Direitos civis	Liberdade individual, sigilo de correspondência e justiça.	Entre séculos XVII e XVIII	Constituição de 1988 – direitos políticos e civis foram firmados na condição de valores universais e utilizados por uma comunidade cívica.
Direitos políticos	Voto e participações em organizações governamentais.	Século XX	Essa constituição fica conhecida como “Constituição Cidadã”.
Direitos sociais	Educação, serviço de saúde, trabalho e segurança pública.	Século XX	A Era Vargas (1930-1964) reconhece os direitos sociais dos trabalhadores urbanos, por meio de leis trabalhistas e previdenciárias, além do sindicalismo. O Governo Médici (1969-1974) – amplia os direitos sociais aos trabalhadores rurais.

**Figura 1:** Dimensões de cidadania

Fonte: Autor (2018)

Deve-se entender a obra de Marshall como um caso empírico específico que pode ser utilizado como um instrumento para estudos comparativos do desenvolvimento da cidadania em outros países, incluindo-se o Brasil. A cidadania tratada por ele era pontual, logo inglesa. Esse fato, porém, não diminui a aplicabilidade de seus preceitos em outros países, mantendo-se as necessárias adaptações para a realidade de cada povo e de seu momento histórico.

Mesmo depois de exaustivos estudos sobre o tema, autores ainda defendem a ideia de não haver uma definição estanque sobre o termo cidadania. Na visão de Souki (2006), deve-se trabalhar com um conceito aberto de cidadania, trazendo seus elementos em contínua construção. Definições sobre esse tema, como tantas outras dentro das ciências sociais, devem ser analisadas e adaptadas quantas vezes seja necessário, para melhor aplicabilidade dentro de contextos geográficos, culturais e temporais específicos. Porém, aponta-se aqui também um

pensamento apresentado por Libânio. O autor define cidadania como “a ação pela qual alguém se torna civil, habitante de uma cidade, e passa a fazer parte de uma *civilização*.” (LIBÂNIO, 1995, p. 16).

O vocábulo cidadania se origina do termo latino *civitas* (escrito originalmente *ciuitas*), trazendo a ideia de liberdade em seu núcleo, uma vez que é derivada da palavra *ciuis*, significando homem livre. Juntamente com essa conotação de cidadania, *civitas* expressa ideia de “cidade” e “Estado”. Contudo, as origens intelectuais de cidadania apontam para as religiões da antiguidade e para as civilizações greco-romanas.

A Grécia antiga é aceita como responsável pelos primeiros passos da cidadania e Roma pelas primeiras e importantes experiências da fase de maturação posterior. Essa transformação coloca a capital italiana como o farol que guiou a concepção e compreensão da cidadania no mundo contemporâneo, principalmente pela criação do voto secreto, pelo destaque da figura feminina na sociedade da época e pela elaboração de leis mais inclusivas, no que diz respeito às camadas mais baixas da população.

Ademais das civilizações antigas apontadas anteriormente, movimentos revolucionários em várias partes do mundo impactaram o conceito e o estabelecimento da cidadania. Um resumo é apresentado na figura a seguir.

Momentos históricos	Consequências
Revolução Inglesa (1640-1688)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Origem do primeiro país capitalista do mundo.</li> <li>• A percepção teológica imposta pela Igreja Católica Romana, legitimando uma sociedade hierarquizada, inicia seu declínio.</li> </ul>
Revolução Industrial (1760 - algum momento entre 1820 e 1840)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A valorização do trabalhador faz surgir os primeiros sindicatos.</li> <li>• Trabalhadores começam a ter direitos trabalhistas, como férias e décimo terceiro salário.</li> </ul>
Revolução Americana (1775-1783)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peregrinos não aceitam regras impostas pela Coroa Britânica.</li> <li>• Thomas Jefferson publica a Declaração da Independência dos Estados Unidos em 1776.</li> <li>• 13 colônias inglesas na América do Norte se libertam da Inglaterra.</li> <li>• Peregrinos ingleses a bordo de navio rumo à América elaboram o <i>Mayflower Compact</i>, documento que se preocupava com justiça e igualdade aos habitantes da nova terra.</li> </ul>
Revolução Francesa (1789-1799)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apontado como o fundador dos direitos civis, devido principalmente às ideias dos iluministas que estimulavam a luta da razão contra a autoridade.</li> <li>• Em 1789 é publicada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.</li> </ul>

**Figura 2:** Fatos importantes para o desenvolvimento de cidadania

Fonte: Autor (2018)

Mesmo se apresentando como um conceito utópico, o objetivo primordial de cada indivíduo politicamente consciente é a busca de uma sociedade justa, solidária e comprometida com a redução das desigualdades e com a extinção da pobreza e da marginalidade. Para isso, parte-se do reconhecimento de direitos civis, políticos e sociais como direitos fundamentais<sup>3</sup> e indutores do desenvolvimento de políticas públicas destinadas à sua concretização.

Vaidergorn (2000, p. 1) afirma que “a sociedade brasileira, no entanto, ainda está distante desse modelo.” Isso porque o acesso à educação escolar ainda é limitado, excluindo várias pessoas da legitimidade dos direitos de cidadão. Tudo isso entra em confronto com o que é estabelecido em diversos documentos legais como a Constituição Federal e as Estaduais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre outros. Essa não obediência às leis leva comumente a um estado de ignorância dos direitos individuais e grupais, tolhendo as pessoas do poder de liberdade natural, que é o direito que o ser humano possui por natureza de agir sem qualquer constrangimento externo.

Independentemente do cumprimento ou não de alguns direitos básicos dos indivíduos, não se pode negar a inter-relação entre educação, cidadania e responsabilidade social, como forma de se chegar a um estado de liberdade individual e social. Com essa tríade, cada ser humano está apto a lutar conscientemente por seus direitos, que porventura possam ser violados, e na sequência ser uma peça transformadora da sociedade como um todo, ainda que a maior expressão sejam as mudanças ocasionadas em sua própria vida. A cadeia transformadora ocorre porque a sociedade é formada de pessoas e uma vez que cada qual é um consciente ativista na sua vida, as ações empreendidas por cada indivíduo passam a impactar na sociedade como um todo.

Para muitos, a solução está na escola, que deveria “fazer seu trabalho” e preparar as novas gerações, tornando-as conscientes e responsáveis pela perpetuação da espécie em um ambiente saudável e justo. Essa instituição, como qualquer outra, não pode levar sozinha o fardo de tamanha responsabilidade. Ela é formada por componentes da sociedade e por isso é diretamente um reflexo da mesma. Miranda e Aiexe (2008) acreditam que educação é um elemento essencial tanto do indivíduo quanto da sociedade, logo como uma ação intencionada é ao mesmo tempo pessoal e comunitária, existindo, pois, nas relações humanas da vida cotidiana, nas práticas e vivências sociais. Não há como distanciar a figura do ser humano da

---

<sup>3</sup> “A expressão direitos fundamentais deve ser reservada para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional estatal [...]” (SHÄFER, 2001, p. 26).

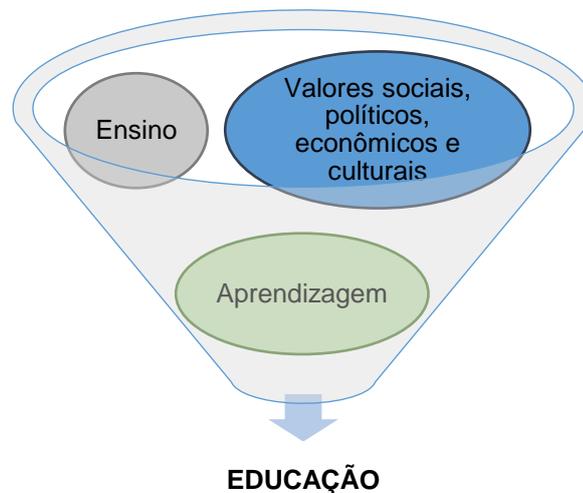
figura institucional “escola”. A última não existe sem a primeira, ou ao menos, não funciona. E como diz muito bem o sociólogo suíço Philippe Perrenoud (2005, p. 10) para acabar com essa cobrança errônea sobre a escola, “um sistema educacional não pode ser muito mais virtuoso que a sociedade da qual extrai sua legitimidade e seus recursos.”

A escola não é o único espaço físico para aprender e muito menos a figura do professor não é a única responsável pela tarefa de educar. Toda a sociedade tem como responsabilidade criar os mais variados espaços físicos para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra. De acordo com Émile Durkheim (2011), a educação e todas as instituições representativas do processo educacional pertencem a uma rede de integração dos indivíduos com o entorno social, e por isso, sofre influência do tempo e do meio. Além disso, proporciona uma maior capacidade de autonomia do indivíduo, corroborando a ideia que educação tem uma importância eminentemente social. Sendo assim, o lar, a escola e a comunidade devem trabalhar em perfeita harmonia para que as necessidades do educando sejam atendidas. A escola é somente o lado mais concreto do caráter institucional do ensino. Lógico que há quase uma unanimidade sobre o tamanho da responsabilidade social da escola, fazendo com que ela não fique isenta de uma contribuição significativa, em busca da superação do quadro de desigualdade e violência vivido nos tempos atuais.

Todavia, é sabido que principalmente por meio de uma educação formal de qualidade que se solidifica a apropriação do pensamento funcional, da tecnologia, do viver social, das manifestações culturais e do saber viver dignamente. Uma sociedade que adere e prioriza a educação é uma sociedade que tende a pensar e analisar os fatos e não os julga prematuramente, ocasionando assim problemas sociais.

Distinguindo ensino de educação, termos muitas vezes utilizados como sinônimos, tem-se o primeiro termo como uma transferência de informação ao educando. Para Libâneo (1993, p. 89), “o processo de ensino é uma atividade de mediação onde são oferecidos os meios e as condições para que o aluno se torne o sujeito ativo na assimilação de conhecimentos”.

Para se chegar ao conceito amplo de educação é necessário somar ao ensino, outros dois elementos (Fig. 3). O primeiro é a aprendizagem, processo contínuo de aquisição de conhecimento informal e formal, pois ocorre desde o nascimento e é, normalmente, melhor estimulada em ambiente escolar. O segundo elemento é um conjunto formado por convicções sociais, políticas, econômicas e culturais, norteadoras da formação do caráter humano. Como a aprendizagem, esses valores são conseguidos não somente em instituições de ensino, mas por meio de convívio social.



**Figura 3:** Elementos da educação

Fonte: Autor (2018)

Como resultado da união desses elementos, educação fornece mecanismos subjetivos e técnicas capazes de induzir os indivíduos a prática de ações plenamente integradas ao momento e ao ambiente, objetivando o funcionamento das relações humanas em clima de responsabilidade, de respeito e de igualdade. Na verdade, ela representa uma ação humana consciente, voluntária e intelectual, que deve obrigatoriamente envolver agentes qualificados encarregados de sua realização, para que se possa assim alcançar a melhoria da sociedade de forma generalizada.

As inovações tecnológicas, os modernos processos de produção, as atitudes de relacionamento das empresas com seus funcionários e com a comunidade, a preocupação com o lado social e ambiental e as novas políticas educacionais dizem respeito a um tema que não é novo, mas que a partir do século XX, apresentou interesse crescente: a responsabilidade social. De acordo com Ashley (2003, p.56), responsabilidade social pode ser entendida como:

O compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e na prestação de contas para com ela.

Atualmente, um maior número de empresas e instituições de ensino privadas e públicas reconhece na responsabilidade social uma ferramenta para o aumento de seus lucros, mesmo que de forma indireta, possibilidade para seu desenvolvimento e de seus funcionários

ou alunos e às vezes, extrapolando os muros desses locais e numa perspectiva mais ampla, potencial para o desenvolvimento da(s) comunidade(s) do entorno. Instituições, especialmente as empresas privadas, utilizam agora essas ações como um recurso para minorar a premissa empresarial de que “o desejo de lucro impera sobre os interesses da sociedade”, é o que afirma Lima (2005, p. 22).

Várias das ações de responsabilidade social exercidas por empresas estão ligadas à educação. Dentre essas ações estão a instituição de prêmios para melhores práticas educacionais, a difusão de experiências exitosas ou desenvolvimento de programas especiais de leitura e o treinamento de professores e gestores. Consegue-se com essa parceria uma influência mais generalizada no conjunto dos sistemas públicos de ensino. Souza (1996) declara que pesquisas demonstram que o trabalho em conjunto dos setores público e privado trouxe resultados significantes para países latino-americanos e assinalam um possível caminho para a efetividade nas ações de responsabilidade social das empresas.

Resultados conseguidos no âmbito educacional, na atualidade, talvez sejam efeitos de teorias de dois grandes educadores, a saber: John Dewey (1859-1952) e Paulo Freire (1921-1997). O primeiro já apontava para uma “educação para a vida”, defendendo a experiência como elemento fundamental para a formação educacional do indivíduo (DEWEY, 1959). Assim, era desvinculada do conceito de educação a ideia de que a escola era somente ambiente para transferência de conteúdo. Por sua vez, o educador brasileiro Paulo Freire (1997) afirma que os educandos não podem viver apenas de constatação, têm que participar, através de uma prática solidária, contribuindo para a formação de uma consciência coletiva, humanizada, política e crítica.

Autores como Durkheim (2011), Moran (2007) e Cavalcanti (1989) corroboram com a ideia integralizada de educação de Freire (1997) para a construção de uma sociedade melhor através da formação de cidadãos. Durkheim (2011) acredita que todas as instituições pertencentes ao processo de educação integram uma única rede agregadora dos indivíduos com o entorno social. Para Moran (2007, p.69), “a escola não pode apenas ensinar a aprender, preparar só para a vida profissional. A educação social é importante, para compreender as raízes da desigualdade e para encontrar meio de diminuí-la”. Cavalcanti (1989) também vislumbra a educação para além dos limites das instituições educacionais, atingindo o ambiente social como um todo único. Sendo assim, os autores defendem uma educação formadora direta da cidadania dos indivíduos.

Programas que tragam maior participação do setor privado e do setor público para a sociedade civil impulsionam o desenvolvimento humano, ajudando na melhoria da qualidade

de vida. É evidente a crescente tendência de participação empresarial e da ação voluntária de indivíduos em questões sociais em todo o mundo. Com isso, todos saem ganhando, uma vez que empresas investem em suas imagens, instituições de ensino trabalham o desenvolvimento do educando de forma global e o povo tem minimizadas algumas das mazelas sociais, através do acesso a programas de qualidade.

## **2 METODOLOGIA**

Esse artigo possui um enfoque sociológico e foi desenvolvido através do método de abordagem indutivo, tomando os resultados aqui obtidos como generalizantes, mas reconhecendo o caráter temporal e particular do objeto pesquisado.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva. Segundo Hurtado de Barrera (2000), esse tipo de pesquisa científica está no nível perceptivo por apresentar conhecimento externo e evidente do fenômeno a estudar.

As técnicas que auxiliaram na elaboração da pesquisa foram bibliográficas e documentais. O material bibliográfico foi composto fundamentalmente de livros com os temas centrais da pesquisa e apresentando Marshall, Freire e Libânio como os principais autores. A documentação indireta foi representada pelos projetos das ações desenvolvidas pelo IFCE-*Campus* Fortaleza.

O universo do material pesquisado para levantamento de informações específicas e apresentação nesse artigo se confunde com a documentação indireta, pois abrangeu os projetos das extensões. As informações dos referidos projetos foram fornecidas pela Diretoria de Extensão e pelo coordenador do curso de Gestão Desportiva e de Lazer da Instituição.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: IFCE-CAMPUS FORTALEZA E SEUS TRABALHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) se originou das Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 23 de setembro de 1909, através da promulgação do Decreto nº 7.566, pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha. O IFCE faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Atualmente, mais de 500 municípios do País são servidos com ao menos uma unidade educacional da Rede.

Para o Ministério de Educação (MEC)<sup>4</sup>, “a rede federal presta um serviço à nação, por cobrir todo o território nacional, dando continuidade a sua missão de qualificar profissionais para os variados setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços juntamente com o setor produtivo.” Setor esse que se mantém interessado em firmar parcerias com as instituições da Rede, por absorver grande parte dos egressos das instituições profissionalizantes.

Os projetos descritos a partir desse ponto objetivam o ensinamento de que a sociedade é um organismo vivo, do qual todo e qualquer indivíduo faz parte. Portanto, por meio deles experimentam-se as consequências do que “funciona” ou do que “não funciona”, possibilitando a melhoria de algumas ações para aplicação em trabalhos futuros. Com essa prática busca-se alcançar um nível de excelência educacional, que se preocupa com o indivíduo de uma maneira mais holística e positiva, pois se acredita e se estimula a força transformadora do ser humano.

Na área de cursos preparatórios, a Instituição desenvolve dois cursos de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), são eles o Pré- ENEM Fortaleza e o Pré-ENEM Pirambu (PEPI). A distinção entre os dois cursos é que as aulas do primeiro preparatório ocorrem no *campus* Fortaleza do IFCE e são abertas a qualquer interessado, enquanto o PEPI destina-se especificamente à comunidade do bairro Pirambu e adjacências, contando também com o apoio do Movimento Emaús<sup>5</sup>, por isso as aulas acontecem no próprio bairro do Pirambu. Os cursos foram desenhados para alunos do ensino médio da rede pública municipal e estadual que desejam ingressar em universidades ou no IFCE, que oferece tanto cursos em nível médio técnico quanto cursos de graduação em nível de licenciatura, bacharelado e tecnológico. Todas as aulas são ministradas por estudantes do ensino superior do IFCE, com a supervisão da Diretoria de Extensão (Direx). Os preparatórios são cursos extensivos com início entre fevereiro e março e término em dezembro, após a realização de todos os processos seletivos.

Trabalhando com portadores de necessidades especiais, o projeto Rainha da Paz ajuda na educação de jovens que frequentam a Escola Regina Pacis, situada no bairro Montese, em Fortaleza. Os inscritos no programa participam de aulas de noções básicas de informática e de

---

<sup>4</sup> Informação obtida no Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Acesso em: 29 jun. 2018.

<sup>5</sup> O movimento Emaús nasceu na França idealizado por Abbé Pierre em 1949 e vive uma proposta de solidariedade entre os pobres. Grupos comunitários recolhem, consertam e reciclam objetos para serem vendidos a pessoas carentes por preços simbólicos (Nota do autor).

práticas desportivas e atividades artísticas como música, teatro e escultura, sob a orientação de professores da própria Escola e de alunos do IFCE.

O Parque de Formação Integral do Tapuio está localizado no limite dos municípios de Eusébio e Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza, e tem por objetivo desenvolver atividades socioeducativas, desportivas e culturais junto aos moradores daquela comunidade. A iniciativa é apoiada pelo IFCE-*Campus* Fortaleza, por meio da oferta de formação profissionalizante. Um professor e um aluno monitor ministram cursos de Comandos Elétricos Industriais e Instalações Elétricas Prediais na própria comunidade aos sábados.

A terceira idade tem sua qualidade de vida impulsionada através do antigo projeto Raízes da Vida, hoje uma organização não governamental (ONG). Idosos recebem um atendimento qualificado para a promoção da saúde física e mental. São oferecidas turmas de ginástica gerontológica, hidroginástica e programação sociocultural, incluindo festas comemorativas, passeios turísticos e palestras sobre temas de interesses dos participantes.

Numa iniciativa social ligada à saúde, o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) realiza ações preventivas contra a AIDS<sup>6</sup>, uso indevido de drogas e gravidez precoce. O Projeto conta com a parceria das Secretarias de Saúde e de Educação do Estado e do Município. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: a capacitação de alunos multiplicadores de prevenção; carnaval da vida, com distribuição de preservativos durante o período momesco, eventos culturais com apresentação de peças teatrais e vídeos produzidos pelos alunos do SPE; comemoração do Dia Mundial de combate à AIDS (1º de dezembro) e, ainda, distribuição mensal de preservativos para alunos cadastrados.

A figura da mulher é destacada pela Associação Maria Mãe da Vida (AMMV). Essa associação é uma instituição sem fins lucrativos, que desenvolve sua missão nas cidades cearenses de Fortaleza, Quixadá e Juazeiro do Norte, atuando na promoção da cidadania, especificamente com mulheres em situação de vulnerabilidade social, causada por exploração sexual, maus tratos, drogas, abandono familiar e prostituição. Para isso, a AMMV oferece a mulheres jovens entre 8 e 21 anos de idade assistência à saúde, cursos profissionalizantes e acompanhamento pedagógico, psicossocial e espiritual. O IFCE apoia a causa por meio de convênio de cooperação didático-pedagógica para realização de cursos de Iniciação ao Teatro e de Informática Básica. Os monitores são alunos bolsistas de cursos pertencentes ao IFCE-*Campus* Fortaleza.

---

<sup>6</sup> Sigla em inglês utilizada no Brasil para a síndrome da imunodeficiência adquirida.

Na área do lazer, 4 projetos integram alunos e comunidades interna e externa. São eles: Projeto Esporte Orientação – IFCE, Escola de Gestão Desportiva e de Lazer, Lazer Acadêmico – PLAC BOOM; e Dançar é Lazer. Os três primeiros projetos são vinculados ao curso e a coordenação de Gestão Desportiva e de Lazer do IFCE-*Campus* Fortaleza, enquanto o último está vinculado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão.

O primeiro projeto está diretamente ligado a atividades de orientação como esporte. Há uma parceria com o Clube de Orientação Desporto e Lazer (CODL) para organizar e realizar os eventos das etapas do Campeonato Cearense de Orientação (CCO), oferecendo também atividades extras para os participantes e seus familiares. Dentro do IFCE, o Projeto realiza atividades junto aos alunos para apresentar e despertar o interesse de novos atletas pela modalidade. O projeto é composto por dois alunos do curso de Gestão Desportiva e de Lazer e atletas do CODL.

O projeto Escola de Gestão Desportiva e de Lazer tem foco na intervenção profissional de entidades esportivas do município de Fortaleza e em outros municípios do estado do Ceará. O projeto objetiva o assessoramento e apoio na gestão de entidades e eventos na área do esporte e do lazer, buscando o desenvolvimento profissional e regional do esporte. Este projeto também contribui com a formação dos estudantes do referido curso, por meio da aproximação e desempenho da prática profissional supervisionada pelos professores do projeto.

O projeto Lazer Acadêmico – PLAC BOOM abrange atividades recreativas para crianças e adolescentes, adultos e idosos de diferentes faixas de idade, atuando dentro e principalmente fora do IFCE-*Campus* Fortaleza, especialmente em datas comemorativas do próprio Instituto. São realizadas também atividades de extensão em eventos de entidades parceiras. Atualmente o projeto está composto por 4 bolsistas do curso de Gestão Desportiva e de Lazer que são alunos de diferentes semestres do curso.

O projeto Dançar é Lazer tem por foco disponibilizar gratuitamente o acesso à dança de salão, bem como oferecer todos os benefícios proporcionados por esta como melhoramento da orientação espacial; da capacidade cognitiva; da expressão corporal; dos reflexos e, por conseguinte, aumento da autoestima. Atualmente ele é aplicado por 5 monitores, havendo aulas às sextas-feiras das 19:00 às 21:00 horas no *Campus* Fortaleza do IFCE.

Ainda que de forma compactada, foi demonstrada aqui a atuação do IFCE-*Campus* Fortaleza por meio de ações sociais incentivadoras da formação do cidadão e de uma sociedade mais inclusiva. É um *know-how* conseguido pelo Instituto ao longo de mais duas

décadas<sup>7</sup> de aplicação de práticas de responsabilidade social, qualificando funcionários e alunos para atuarem como modificadores das desigualdades sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Normalmente, escolas e universidades são espaços institucionais legitimados para a formação cidadã através de educação formal. Contudo o processo educacional é muito mais abrangente e pertence a toda a sociedade, incluindo pessoas, tempo e situações variadas. Dentre essa variedade de fatores há a transmissão de valores como formadora de caráter dos indivíduos. Essa formação do caráter humano é conseguida também com o auxílio de processos de educação não-formal. A aplicação de projetos de extensão que objetivam a melhoria social é um bom exemplo de requisito informal aplicado pelo IFCE-*Campus* Fortaleza.

Diante do exposto na seção anterior, o problema foi respondido quando se verificou que o trabalho ativo e atual de responsabilidade social do IFCE-*Campus* Fortaleza mostra uma consciência de sua importância no cenário educacional local e da amplitude de poder de suas ações dentro da sociedade, transpondo os limites de seus muros. A Instituição busca complementar a educação profissional oferecida em seus cursos. Para isso, preocupa-se com a formação humanística social de seus técnico-administrativos, docentes e discentes através de ações sociais desenvolvidas em variadas instâncias e por diversos sujeitos. Essas ações tencionam exemplificar e provar que a educação pode ser uma aliada direta na redução das desigualdades sociais, devido principalmente à mudança comportamental dos cidadãos, que retribuem seus direitos com o dever cívico de solidariedade, lutando com responsabilidade por mais inclusão social.

Sendo assim, o objetivo central do trabalho foi alcançado com a descrição de 11 projetos de extensão. Como demonstrado, há variedade nas áreas dos projetos como informática, arte, saúde, educação e lazer, por meio de trabalhos educacionais e profissionalizantes, de atividades físicas, culturais e artísticas, e de serviços ligados à saúde física e mental dos participantes. Os projetos atingem indivíduos de diferentes faixas etárias, gêneros e classes sociais. Algumas ações são desenvolvidas dentro do IFCE-*Campus* Fortaleza e outros em comunidades variadas, contando às vezes com monitores e participantes da Instituição, como também com trabalho em parceria.

---

<sup>7</sup> O primeiro projeto foi a “Escolinha Santa Elisa”, criado em 1993 em parceria com o Movimento Emaús e a Escola de Aprendizizes Marinheiros do Ceará.

Espera-se, pois, que um país democrático, a exemplo do Brasil, forme cidadãos ativos nos mais variados ambientes, como o escolar e o comunitário, trazendo assim melhorias para a sociedade como um todo. Os resultados se construirão por uma educação consciente do seu verdadeiro papel, como ferramenta formadora de indivíduos prontos a lutarem por igualdades sociais.

## REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Histórico**. Disponível em: < <http://redefederal.mec.gov.br/historico>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CAVALCANTI, R. M. N. T. **Conceito de cidadania**: sua evolução na educação brasileira a partir da república. Rio de Janeiro: SENAI, 1989. p. 15-52.

DEWEY. John. **Experiência e educação**. São Paulo: Nacional, 1959.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. 70 ed. São Paulo, Edições Melhoramentos, 2011.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

HURTADO DE BARRERA, J. **Metodología de la investigación holística**. 3 ed. Caracas: Instituto Universitario de Tecnología Caripito y Servicio y Proyecciones para América Latina. 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1993.

LIBÂNIO, João Batista. **Ideologia e cidadania**. São Paulo (SP): Moderna, 1995.

LIMA, P. R. dos S. **Responsabilidade social**: a experiência do selo empresa cidadã na cidade de São Paulo – 1999. São Paulo: Educ, 2005.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MIRANDA, Nilmário; AIEXE, Egidia Maria de Almeida. Educação em direitos humanos: um plano, muitos desafios e uma missão. IN: PEREIRA, Flávio Henrique Unes; DIAS, Maria Tereza Fonseca (Org.). **Cidadania e inclusão social**: estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 523-535.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2007. (Papirus Educação).

PERRENOUD, Philippe. **Escola e cidadania**: o papel da escola na formação para a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHÄFER, J. G. **Direitos Fundamentais: Proteção e Restrições.** Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2001.

SOUKI, L. G. A atualidade de T. H. Marshall no estudo da cidadania no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 39-58, jan.-jun. 2006.

SOUZA, P. R. Educação e responsabilidade social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 1996. Caderno Tendências e Debates.

VAIDERGORN, J. (Org.) **O direito a ter direitos.** S.l.: Autores Associados, 2000. 120 p., (Polêmicas do Nosso Tempo).